



Anais da Assembléia

N.º 149

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1976.

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 229.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1976 (SEGUNDA FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Edilson Alencar.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 234/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 258/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de ARARUNA, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 239/76.

Levanta-se a Sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 230.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (53).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requer, ouvido o Plenário, voto de congratulações e regozijo pela indicação, feita pelo Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, e recente aprovação pelo Senado Federal, por unanimidade, do nome do General REINALDO DE MELLO ALMEIDA, para Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Ex-Comandante do 1 Exército, o General Reinaldo de Mello Almeida tem larga folha de relevantes serviços prestados à Nação, inclusive, tendo comandado, em 1965, uma unidade militar em Curitiba.

Requer-se, outrossim, uma vez aprovado o presente, se manifeste voto de aplauso ao Exmo. Sr. Presidente da República, pela feliz e acertada escolha, assim como, ao novo Ministro da Suprema Corte Militar, por sua designação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1976,

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários para a instalação de telefone público na Vila Zaniolo, município de São José dos Pinhais.

A referida localidade, apesar da densidade populacional, não possui nenhum aparelho telefônico, fato que provoca seguidos transtornos aos seus moradores.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não reclamamos quanto aos votos contados ao Partido do Governo nas últimas eleições. Quanto mais pobre é o povo, mais fácil é mantê-lo escravo.

Evidentemente que o nosso Partido não diminuiu no alcance da opção popular. Em votos somamos uma quantia razoável de opção. Mantivemos de pé as lideranças locais e aumentamos a nossa representação em quase todas as Câmaras Municipais do Paraná, inclusive na Capital do Estado. Mas nunca se viu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a corrupção tão caracterizada durante o período da campanha e no dia da eleição, em 15 de novembro.

Na minha cidade, um dos candidatos da ARENA, o perdedor, deve ter gasto mais de dois bilhões de cruzeiros na sua caminhada eleitoral. Durante um período de sessenta dias, mais de 150 veículos se abasteciam por conta desse candidato. Os seus comícios e para os seus comícios, se fazia transportar a população dos quatro cantos do município de ônibus, coisa nunca vista até então em nenhuma oportunidade de campanhas eleitorais, distribuindo dinheiro às áreas pobres, bem como levaram banda de música e cast dos mais importantes da rádio e televisão deste País.

Foi uma verdadeira festa cara oferecida ao povo daquela comunidade, não obstante a Lei Eleitoral determina o quanto o candidato pode gastar, gastou-se quanto podia o candidato rico da minha cidade, porque a lei em nenhuma oportunidade foi respeitada. Mas nunca foi desrespeitada tanto como foi nas eleições de 15 de novembro passado.

O amedrontamento foi outro fato caracterizado na minha região.

O Juiz Eleitoral da Comarca de Jacarezinho, comarca esta que reúne três municípios, digo da comarca de Ribeirão do Pinhal que reúne três municípios: Ribeirão do Pinhal, Abatiá e Jundiá do Sul. Este último só teve um candidato, candidato único pelo Partido do Governo. Nos outros dois municípios tivemos três candidatos pelo nosso Partido concorrendo às eleições municipais.

Este Juiz chamara por diversas vezes os nossos candidatos em seu Gabinete, e, como se fosse um feitor, ou determinador, ou representante da violência, batia num livro sobre a mesa, e dizia: Os Srs. terão que fazer isso, aquilo e aquilo, ou do contrário mandarei prendê-los e cassarei as suas candidaturas e os senhores não vão concorrer.

Os nossos humildes homens, verdadeiros abnegados, verdadeiros participantes de campanhas cívicas, de natureza tão elevada, como são as campanhas municipais, intimidados com a ameaça do Juiz tutor, se viram prevaricados nas suas pregações que deveriam ter feito em termos mais altos e mais objetivos. Este juiz chegou até a proibir que os nossos candidatos em Abatiá fizessem o comício requerido, e naquele mesmo dia permitiu aos candidatos do Partido do Governo que procedessem o comício no mesmo local, o juiz de Santo Antônio da Platina. Embora requerido pelo nosso Partido por três ou quatro vezes seguidas para que se cumprisse as determinações da Lei Eleitoral, nem sequer despacho deu aos nosso requerimentos. Nada foi respeitado em Santo Antônio da Platina. Propaganda eleitoral feita na boca da urna no dia da eleição; corrupção econômica feita ao olho do dia: tudo isso ocorreu. Intimidação, corrupção; intimidação de toda a natureza, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É preciso que se mude o sistema. Não existe e nunca poderá existir democracia sem que haja um plano alto de liberdade. É preciso, principalmente, que se constituam as Mesas receptoras de votos para as eleições futuras, pelos partidos políticos

representantes das localidades, numa composição de igualdade porque o que se viu em Santo Antônio da Platina é que cada Mesa receptora se compunha de subservientes ao Poder, de apostadores do Partido do Governo e de homens que tinham participação efetiva no interesse do jogo, tolhendo o eleitor de exercer com liberdade o direito de votar.

O que vimos nestas eleições, nos vinte municípios que compõem a micro-região Norte Pioneira do Estado, da qual temos a honra de ser um de seus representantes aqui neste Parlamento, foi exatamente a falta da própria liberdade para o exercício do voto, foi a pressão, a intimidação e a corrupção.

O povo votou. Não duvidamos que o povo tenha votado no Partido do Governo. Não temos dúvidas quanto aos votos contados em todas as Comarcas, em todos os locais de municípios onde existiram eleições. Mas o povo foi intimidado, foi violentado em seu direito, o povo foi vítima da corrupção econômica, e o empobrecimento do povo é cada vez maior.

Como dissemos, no início de nossa acusação, quanto mais pobre um povo, mais forte é o Poder que a ele não respeita.

Entendemos que é preciso que se mude o sistema. Ninguém melhor do que os Partidos para dirigirem as eleições, para se constituírem nas Mesas receptoras de votos porque entre si fiscalizar-se-ão e haverá a plenitude da liberdade necessária para que haja o efeito positivo da democracia que tanto espera o povo deste País.

É preciso também, quanto às Mesas apuradoras, que haja uma modificação, dando um tanto de Mesas para cada juiz. O que se viu na minha cidade foi cinco juntas apuradoras e apenas um juiz que nem sequer aparecia para tomar posição na verificação da contagem dos votos dados aos candidatos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que vimos durante o período desta campanha eleitoral? A presença marcante do povo, manifestando a esperança de uma modificação de estrutura política neste Estado, que deixou de configurar-se nas urnas de 15 de novembro.

E a ocorrência deste fato deve-se a três acontecimentos: corrupção, intimidação e aliciamento.

Na minha cidade há muitos anos não havia, mas houve nestas eleições, o que chamamos "currais" de antigamente, onde um candidato deixa ali o povo por ele transportado e lhe dá alguma coisa, uma notinha de cem cruzeiros em troca do voto para seu candidato.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, queremos neste instante estar com V. Exa., escutando com atenção seu pronunciamento, quando fala no Norte Pioneiro.

Não queremos entrar no mérito da questão do Norte Pioneiro, mas queremos dizer que estamos solidários com V. Exa. porque, na minha região, na cidade de Carlópolis, havia um elemento que fazia a contagem de votos, sem, no entanto, pertencer à Mesa apuradora, sendo esse elemento oficial de Justiça.

Temos também uma outra denúncia a fazer: o candidato de nosso Partido, da agremiação que temos a honra de pertencer, foi ameaçado por elementos do MDB, de revólver em punho. E só não teve um final grave essa ameaça, a um elemento de nossa facção, porque obrigaram-no a esconder-se na cidade de Joaquim Távora.

De maneira que, nobre Deputado, apesar de termos sido vitoriosos em 17 municípios, estamos solidários com V. Exa. nessa denúncia de corrupção eleitoral.

Devemos, nobre Deputado denunciar toda corrupção que houver, seja ela de pessoas que, sem ter direito, contavam votos; ou aqueles que ameaçavam, de revólver em punho, outros candidatos. Devemos apontar os responsáveis por esses fatos, por esses abusos, sejam eles da ARENA ou do glorioso Partido que V. Exa. pertence.

No Norte Pioneiro, nobre Deputado, não houve vencedores nem vencidos.

Por essa razão, nobre Deputado, gostaria que V. Exa. alertasse não apenas a Justiça Eleitoral, mas também a Justiça de nosso Estado, com referência a esses fatos ocorridos no Norte Pioneiro.

E lembro a V. Exa. que seu candidato, apesar de derrotado, ameaçou, de revólver em punho, um companheiro nosso. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, a ameaça a que V. Exa. se referiu, foi simplesmente de homem para homem, e cabe, portanto, à Justiça comum, as providências. O triste, nobre Deputado, é a ameaça que denunciemos, a ameaça do Estado "todo poderoso" contra o povo.

Essa sim, é a ameaça mais triste que um País pode ter, um País que é democrático, um País que mantém o poder através de eleições, ser ameaçado e desrespeitado o seu povo pelo Estado na oportunidade em que o povo deve escolher o seu dirigente.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a dizer que é preciso que juízes como de Ribeirão do Pinhal e de Santo Antônio da Platina sejam transferidos para cidades maiores, para cidades civilizadas onde não penetre a intimidação, porque esses são homens que não são capazes de manter a autoridade em pleitos eleitorais de grande responsabilidade, de magistral responsabilidade como são os pleitos municipais.

O que fizeram os juízes da comarca de Ribeirão do Pinhal e da comarca de Santo Antônio da Platina foram atos tristes que denigrem a Justiça Eleitoral deste Estado. O que eles fizeram foi a demonstração de sua incapacidade para exercerem o cargo de Juízes Eleitorais, pois permitiram a corrupção, sendo que o juiz de Ribeirão do Pinhal, usando de seu poder, intimidava os candidatos de nosso Partido.

Tão logo tenha a documentação necessária que justifique o testemunho daquilo que hoje estou denunciando, entrarei com um requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral, para pedir a retirada desses Juízes, pelo menos em época de eleição, porque são homens coniventes com fatos de corrupção na oportunidade em que ocorre uma eleição tão importante, como é a eleição municipal deste Estado.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, no horário reservado ao Líder do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não trataremos hoje das eleições municipais, como era de se esperar, de vez que a nossa bancada terá uma reunião depois de amanhã, quarta-feira, para fazer uma análise dos resultados eleitorais.

No entanto, não poderíamos deixar de registrar nos Anais da Casa a notícia da comunicação pastoral ao povo de Deus que os Bispos do Brasil, reunidos, lançaram à Nação.

É um documento-denúncia, como diz a recente edição do jornal "A Voz do Paraná". (Lê):

"Este foi o objetivo dos Bispos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro de 19 a 25 de outubro de 1976, diante dos recentes acontecimentos que atingiram a Igreja e seus representantes do Brasil.

Ao cristão é proibido ter medo, é proibido ficar triste, dizem os bispos.

A ação perniciosa, nefasta, anônima, e pública que atacam os Bispos, Padres e leigos de subversivos, de agitadores e de comunistas, quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas contribui para o clima e para a prática de violência e arbitrariedades. E o que está por

trás dos crimes em nosso País, alcançaram um grau requintado de crueldade".

Os Srs. Bispos justificam o documento, e apresentam os fatos que determinaram a reflexão que procederam e, muito embora esse documento tenha sido elaborado depois de cuidadosa reflexão em reunião realizada entre 19 e 25 de outubro, eles houveram por bem de somente divulgá-lo após as eleições de 15 de novembro, desejosos de que esta comunicação não fosse e não venha a ser, como não o foi, instrumento de forças políticas de quaisquer orientações.

Mas hoje, Sr. Presidente, nós gostaríamos de registrar e apenas para proveitar o pouco tempo que nos é destinado, aproveitar para registrarmos alguns comentários, algumas das denúncias, algumas das análises deste documento muito importante, documento este que todos os cristãos, todos os políticos e todos os homens de boa vontade devem procurar conhecer. É o capítulo que trata dos pobres sem justiça, e que diz: (Lê)

"São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, as delegacias, onde as toruras são freqüentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade ou presos durante o "Arrastão" das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem.

Para os poderosos, a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder do dinheiro, pelo prestígio e pela influência na sociedade que acobera e, portanto, é cúmplice deste tipo de injustiça. Esse duplo tratamento parece sugerir que, em nossa sociedade, só ou acima de tudo o dinheiro e não o ser gente é fonte de direito. A Assembléia da Ordem dos Advogados reunida nestes dias na Bahia, foi expressa a preocupação dos próprios advogados com este estado de coisas ao ser lembrado que: "O direito penal é o direito dos pobres, não porque os tutele e proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e rigor".

A Conferência dos Bispos do Brasil diz o seguinte: (Lê): "Já dissemos que o princípio de igualdade de todos perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizar, logo, a segurança de cada um e de todos os cidadãos do País é essencial para a segurança interna de uma Nação.

A Constituição Brasileira, em vigor, afirmam que "todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido". A afirmação em contrário, segundo a qual é "o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos" aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender se tivermos em mente o pensamento que inspira a "doutrina da Segurança Nacional", a qual desde 1964, tem inspirado o Governo Brasileiro" dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e em igual proporção, cada vez contando menos com a participação do povo.

Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação tem que ser reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é, pelo Governo. Ser nacionalista, portanto, não significa sacrificar uma fé, um sentimento, ideais, valores que possam parecer nocivos e até incompatíveis com os interesses e pontos de vista do sistema político vigente.

Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado, Nem é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos, cuja existência é anterior à da própria Nação, cabendo, porém, ao Estado, reconhecer, defender e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação, com a lealdade ao Estado, isto é, ao Governo. Colocar o Estado, o Governo, acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo.

Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser e mesmo

se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção e não se justificam, quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo.

A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da segurança Pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético.

Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a "guerra anti-subversiva" contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade.

O treino para esta "guerra anti-subversiva", na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo.

São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são suspensas as garantias individuais.

Essa doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas de suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Santo Espírito para poder perceber, nesses acontecimentos e nessas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora e afirmar alguns princípios que norteiam nossa ação pastoral.

Vamos refletir juntos baseados na Palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos.

O mundo contém a presença do bem e do mal. O Evangelho fala de um campo onde foi semeado o trigo e o joio, de uma rede onde foram apanhados peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá fruto e de outra onde a mesma semente nem nasce.

Cristo veio para salvar a todos. Há porém os filhos da luz que recebem a mensagem da salvação e há os filhos das trevas que se recusam a recebê-la."

Analisando ainda a situação política e econômica do Brasil, dizem os Bispos do Brasil:

"A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer.

Mas, hoje reclama o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens.

Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome?

Por que alguns - até estrangeiros - podem adquirir, por dinheiro milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando o pedaço de terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos?

Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 3, 50, 100.000,00 cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário-mínimo?

Há países em que a diferença entre os salários mínimo e máximo não excede a 12 vezes, enquanto no Brasil passa de 200 vezes.

Por que alguns podem ir passear e conhecer o mundo todo, e a maioria não pode tirar uma semana de férias e sair com a família?

Lembramos contudo, que embora as diferenças econômicas não seja um pecado em si mesmas, é pecado as injustiças que as tiverem provocado.

Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação.

Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para lhes apontar suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo.

Como reagem eles? Com um exame de consciência? Com a

defesa de seus interesses? Assim reagiram os poderosos no tempo de Cristo: "Se o deixarmos assim, todos crerão Nele e os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação" (Jó: 11-48).

Os grandes daquele tempo pensavam em si e não no povo. Hoje é a mesma coisa?

Se o Evangelho for seguido, será bom para o povo, mas os grandes terão de perder seus privilégios, como Maria Santíssima já havia profetizado: "Derrubou do trono os poderosos, exaltou os humildes.

Saciou de bens os famintos e despediu os ricos, de mãos vazias" (Lucas: 1-52,53)."

Sr. Presidente, seria oportuno que este documento fosse lido na íntegra, porém o tamanho não permite, porisso lemos para registro, apenas, alguns trechos e achamos de bom alvitre que sobretudo os detentores do poder, que os dirigentes políticos e os dirigentes empresariais e das entidades de classe, os que têm responsabilidades políticas e os que têm responsabilidades de liderança perante a sociedade, dele tomem conhecimento, sobretudo nesta hora em que se interrogam sobre os próximos passos para este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está na hora reservada à liderança da Arena.

A Mesa consulta o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, se deseja usar da palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, concedemos o horário reservado à Liderança da Arena ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradecemos ao Vice-Líder da Arena por nos conceder este horário reservado ao nosso Partido, apenas, não para fazer apologia dos juizes de direito de Santo Antônio da Platina, ou do Dr. Puglio, homem íntegro, muitas vezes rude até para a própria Arena, mas queremos neste instante, a bem da verdade, discordar do eminente Deputado Lúcio Machado, porque na pessoa, na lisura, no comportamento e na decência do Juiz de Direito da comarca de Ribeirão do Pinhal nós não poderíamos nos calar e deixar de fazer a defesa e esclarecer a verdade, porque trata-se de um homem de uma integridade moral inabalável e inatacável.

Talvez, pelo afoitismo do ilustre Parlamentar, afinal de contas como uma evasiva por querer culpar alguém, ou e alguém ter perdido uma eleição, que é normal, num País democrático como é o Brasil.

Aos que duvidaram da inteligência do nosso povo, como disse o eminente Senador Ney Braga, o eminente Ministro, que o nosso povo, o povo brasileiro está preparado para votar.

E quando se duvida deste povo, é porque nós não estamos a par da evolução de uma terra, de uma gente.

Se o nosso povo votou na Arena, se o nosso povo votou no M.D.B., o nosso povo é um povo esclarecido.

Se o nosso povo votou junto com o Governo lá no nosso Norte Pioneiro, é porque lá o Governo do eminente Jayme Canet Júnior levou a esperança, levou os benefícios, dando um pouco para aquele povo pelo muito que aquele povo fez pelo Paraná e pelo Brasil.

Dizia Ney Braga em sua entrevista na Rádio Globo, que duvidar discernimento do povo brasileiro, duvidar da inteligência do povo que vota é duvidar de nós mesmos.

Por que hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso povo está apto para votar e todos aqueles que duvidam é porque não têm certeza de sua própria Direção; porque não têm certeza de sua própria liderança.

Nós da Arena, fomos derrotados em 74 e não duvidamos do discernimento do nosso povo.

Duvidar de que nosso povo não sabe votar, é duvidar que o povo brasileiro está despreparado.

Pode ser ele intelectual, pode ter ele curso primário, ou pode ele apenas saber escrever o seu nome.

O que sabemos, Sr. Presidente, o que sabemos, Srs. Deputados, o que sabemos, imprensa e povo do Paraná, é que o povo do Paraná e do Brasil sabe votar.

Uma vez que é portador do seu título de eleitor, uma vez que conscientemente vai à cabine indevassável, porque o voto é secreto, o voto tem sido secreto e sem corrupção.

O voto, Sr. Presidente, é a própria consciência do eleitor.

Se o eleitor votou na ARENA ou no MDB, não podemos duvidar de sua capacidade porque, na cabine indevassável, Deputado Lúcio Machado, não pode haver pressão.

Na cabine indevassável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode haver juiz corrupto.

Porque na cabine indevassável, existe apenas a consciência do povo, do eleitor brasileiro que, embora menos estudado é mais esclarecido.

E é neste instante que divergimos e queremos dizer a esta Casa que S. Exa. o Juiz de Direito de Ribeirão do Pinhal é um homem íntegro, um homem de uma moral inabalável, que muitas vezes é rude com o povo da oposição e com o nosso Partido.

Neste instante queremos fazer também a defesa do Juiz de Santo Antônio da Platina que deixou transcorrer as eleições tranqüilamente, dando ao povo a chance de votar contra o nosso candidato porque lá fomos derrotados.

Mas a integridade moral do Juiz de Santo Antônio da Platina não pode ser posta em dúvida.

Não podemos, desta tribuna, porque o povo quis votar em um ou em outro candidato, não podemos pôr em dúvida a seriedade e a honradez do juiz que moureja naquelas plagas há mais de dez anos e que é por demais nosso conhecido.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Ao conceder o aparte, Deputado Lúcio Machado, peço a V. Exa. que faça, antes de qualquer coisa, uma reflexão ao atacar pessoas eminentes e ilustres como os Juizes de Direito de Santo Antônio da Platina e de Ribeirão do Pinhal.

Concedo, agora, o aparte.

O Sr. Lúcio Machado — Sinceramente, nunca vi de sua parte tanta incoerência.

V. Exa. há poucos instantes dizia que o juiz eleitoral de Caríópolis...

O SR. GABRIEL MANOEL — Não disse o juiz. As notas taquigráficas estão aí para mostrar o que eu disse.

O Sr. Lúcio Machado — ... autorizou, fora daquilo que a lei regula, que o oficial de Justiça participasse das Mesas contadoras de votos e acusou veementemente o juiz.

V. Exa. é incoerente.

V. Exa. me perdoe, nobre Deputado, mas não está bem certo daquilo que fala.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queria agradecer a V. Exa. pela lisura e incoerência talvez seja devida ao fato de V. Exa. estar abalado pela derrota.

Falamos em oficial de Justiça.

V. Exa. está misturando "alhos com bugalhos".

Quando se fala em oficial de Justiça, não se fala em Juiz de Direito.

Quando se fala em deputado, não se fala em presidente da Casa.

Quando se fala em vereador, não se fala em prefeito. Fala-se diretamente da pessoa, em gênero, número e causa. Estão aí as notas taquigráficas.

Vou dar o desconto a V. Exa. porque V. Exa. deve estar meio abalado pela derrota que teve em nossa região e talvez esteja querendo dar uma visão para estas coisas que estão acontecendo, que podem acontecer a mim ou a qualquer outro companheiro.

Não falei em Juiz de Direito, mas em oficial de Justiça.

Dentro do complexo Judiciário, se V. Exa. pretende nivelar um oficial de Justiça a um Juiz de Direito, é problema seu.

Não quero me envolver, ilustre e nobre amigo.

Aqui estão as notas taquigráficas, os nobres Deputados, a imprensa e o povo para comprovar o que dissemos.

Falamos sobre um candidato de V. Exa. que ameaçara um cabo eleitoral nosso, de resolver em punho, mandando-o para a cidade de Joaquim Távora, senão estouraria os miolos do mesmo, com uma bala "38"...

Isso o que falamos, nobre Deputado. Não falamos em Juiz de Direito.

Porque, os Juizes de Direito a que V. Exa., injustamente, atacou, são homens honestos, conforme a consciência de V. Exa. está ditando, neste instante.

Pediria, nobre Deputado, que V. Exa. não mais misturasse "alhos com bugalhos".

Não costumamos, nobre Deputado, trazer polêmica após uma derrota que infrigimos a nossos adversários.

Costumamos trazer polêmica antes das eleições, quando dizíamos que a ARENA seria vencedora, seria vitoriosa.

Portanto, nobre Deputado, não há vencedores, nem vencidos.

Vamos, de mãos dadas, construir este Paraná.

Vamos de mãos dadas, ilustre Deputado Lúcio Machado, levar os benefícios que o povo necessita.

E as pedras que V. Exa. atira no Governo, vamos juntar para construir o resto que é necessário ao Norte Pioneiro.

Vamos trabalhar, de mãos dadas para o povo e pelo povo, vamos corrigir nossas falhas, para as eleições próximas.

Sr. Presidente, não queremos fazer apologia do Dr. Puglio de Ribeirão do Pinhal, devemos dizer que ele é um homem íntegro.

Gostaríamos até que as notas taquigráficas fossem corrigidas e não se atacasse um homem daquele quilate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

E ao povo do Paraná, ao povo do Norte Pioneiro, pela Justiça que fizeram ao grande Governador Jayme Canet.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 235/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 304/76, Mensagem número 78/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de FLORAI, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer

favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 236/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 314/76, Mensagem número 88/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de LOANDA, objetivando obras de controle à erosão urbana, no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 118/76, de proposta Orçamentária em que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1.977. Parecer favorável da C.O., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado MAURÍCIO FRUET, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo se digne determinar os estudos necessários para a instalação de telefone público na VILA ZANIOLO, município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratu-

lações e regozijo pela indicação, feita pelo Sr. Presidente da República, e recente aprovação pelo Senado Federal, por unanimidade, do nome do GENERAL REINALDO DE MELLO ALMEIDA, para Ministro do Supremo Tribunal Militar.— **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 186/76.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 235/76 e 238/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 237/76 e 238/76.

Marcando ainda, uma sessão para o dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/76.

Levanta-se a sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 1.976.

A T I V O**DISPONÍVEL**

Tesouraria	4.278.287,12	4.278.287,12
------------	--------------	--------------

EXECUÇÃO DA DESPESA

Venc. e Vantagens Fixas	29.583.998,38	
Despesas Variáveis com o P. Civil	16.244.324,28	
Material de Consumo	1.594.739,12	
Serviços de Terceiros	9.860.756,38	
Encargos Diversos	2.171.184,10	
Despesas de Exercícios Anteriores	249.997,29	
Subvenções Sociais	6.981.000,00	
Inativos	3.372.998,56	
Pensionistas	1.609.957,54	
Salário Família	447.093,14	
Contribuição de Previdência Social	566.916,30	
Equipamentos e Instalações	458.888,65	
Material Permanente	388.348,31	
Auxílio para Obras Públicas	500.000,00	74.030.202,05

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas

SOMA-ATIVO. 78.308.489,17

P A S S I V O**LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS****PESSOAL**

Vencimentos e Vantagens Fixas	30.557.000,00	
Despesas Variáveis com o P. Civil	17.653.600,00	
Inativos	3.952.000,00	
Pensionistas	1.824.000,00	
Salário Família	553.000,00	
Contribuição da Previdência Social	660.400,00	55.200.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	1.300.000,00	
Serviços de Terceiros	9.557.500,00	
Encargos Diversos	1.770.000,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	250.000,00	
Subvenções Sociais	6.030.000,00	18.907.500,00

CAPITAL

Equipamentos e Instalações	500.000,00	
Material Permanente	400.500,00	
Auxílio para Obras Públicas	500.000,00	1.400.500,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	2.448.756,73	
Despesas Processadas	118.328,86	
Folhas de Pagamento	7.548,80	
Consignações	480,00	2.575.114,39

RESTOS A PAGAR

Empenhados	196.746,15	
Processados – Credores	7.486,00	
Processados – Folhas de Pagamento	16.561,31	220.793,46

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes	4.581,32	4.581,32	2.800.489,17
-------------------------	----------	----------	--------------

SOMA-PASSIVO. 78.308.489,17

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" EM 08 DE NOVEMBRO DE 1976.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
 Contador Geral

JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES
 Ch. Divisão de Contabilidade

LUIZ R. BITTENCOURT.
 Ch. Secção Contabilid.